

O terceiro trimestre de 1998 foi marcado por uma conjuntura, tanto interna quanto externa, extremamente atribulada. No campo da economia internacional, volta à cena a tão decantada crise financeira internacional, desta vez sob a égide de um colapso nas Bolsas de Valores de “países emergentes”. Essa crise, uma vez iniciada no Leste Asiático, em outubro de 1997, atinge agora o Leste Europeu, ameaçando, em “efeito-dominó”, todas as demais economias “globalizadamente” integradas. Como conseqüência, a confiança dos investidores nas respectivas economias tem sido abalada, o que vem prenunciando um quadro internacional de cautela, senão de medo, frente a um processo de crise ainda longe de ter sido equacionado. Por conta disso, prevêem-se pesados ajustes nas economias de vários países, incluindo o Brasil, cujos efeitos, apesar de imprevisíveis, sinalizam tendência à desaceleração da atividade econômica, elevação das taxas de juros domésticas, aumento da carga tributária, freio ao consumo e recessão.

Internamente, assistimos, neste terceiro trimestre, à reeleição presidencial, que reiterou a necessidade de ajustes internos para manter acesa na população a credibilidade quanto aos rumos do Plano Real. A elevação da dívida pública interna e o descontrole do déficit público prenunciam a premência de um “ajuste fiscal”, que estará, inevitavelmente, desacompanhado de quaisquer pretensões expansionistas da atividade econômica doméstica. Somando-se a isso os efeitos da crise financeira internacional, tem-se um ambiente nacional, para a tomada de decisões, desfavorável à retomada de um processo de crescimento econômico longo e duradouro.

Por conta da complexidade desses fatores e das necessidades de mudanças a curto prazo — ambos condicionantes fundamentais à consolidação da trajetória de estabilização econômica nacional —, procurou-se, neste número, dar ênfase aos diferentes efeitos da crise financeira internacional sobre as economias brasileira e gaúcha. Assim, elegemos como **Tema em Debate** deste número a questão da **Estabilização e Crescimento: desafios do Plano Real**, que, de uma forma ou de outra, aparece na quase-totalidade dos textos que compõem esta edição.

Para compor tão complexo e desafiador **Tema em Debate**, contamos com dois trabalhos, que, pela competência, seriedade e rigor analítico dos autores convidados, se constituem em importante contribuição ao debate. O primeiro artigo é de autoria da Professora Rosa Fontes, do Professor Marcelo A. Arbex e do Professor Geraldo E. Silva Jr., da Universidade Federal de Viçosa (MG), no qual, sob o título **Estabilização Econômica no Brasil: reflexões sobre o Plano Real**, discutem o papel da credibilidade no processo de estabilização e nas políticas macroeconômicas, estabelecendo uma rica discussão a partir de importantes referências teóricas e bibliográficas sobre o tema. Os rumos do Plano Real, à luz dessas interpretações, passam inevitavelmente por “profunda e eficaz reforma fiscal”, constituindo-se, por isso, em condição “sine qua non” ao “cenário de efetiva estabilidade macroeconômica”. No segundo artigo, o Professor Alfredo Saad Filho, da South Bank University Business School, e o Professor Eduardo Maldonado Filho, da UFRGS, sob o título **Políticas Econômicas no Brasil: da heterodoxia ao neomonetarismo**, analisam, com profundidade, as políticas econômicas recentes no Brasil (especialmente a partir do Plano Real) e levantam o instigante argumento de que o sucesso desse Plano “no que concerne à estabilidade de preços” se deve mais a uma “conjuntura excepcionalmente favorável do mercado financeiro internacional” do que ao “acerto de seu diagnóstico”. Temos a certeza de, com esses dois artigos, estar oferecendo, para nossos leitores, inéditas e invulgares reflexões sobre os desafios da estabilização brasileira e sobre os rumos do Plano Real.

A seção **Conjuntura Econômica** traz a contribuição dos nossos colegas da FEE, que, nas seções **Política Fiscal, Agricultura e Emprego e Salários**, discutem aspectos específicos das conjunturas nacional e gaúcha. Isabel Noemia Rückert e Maria Luiza Borsatto, no artigo **Política Fiscal: os entraves para o equilíbrio**, analisam a necessidade do imediato equilíbrio das contas públicas como pré-requisito à manutenção, a longo prazo, da estabilização e das medidas efetuadas de ajuste fiscal. Vivian Fürstenau, no artigo **Ano real e os preços agrícolas**, procura dimensionar, através da relação de preços entre setores, as dificuldades do setor agrícola, já que este é tido como o setor mais penalizado para o êxito do Plano Real. Guilherme G. de Freitas Xavier Sobrinho, no artigo **Dez Anos de Emprego Formal no Rio Grande do Sul: uma relação de indicadores da RAIS**, apresenta e analisa alguns aspectos da estrutura do emprego formal no Rio Grande do Sul.

Por fim, na seção **Artigos de Conjuntura**, selecionamos três análises extremamente atuais, sobre temas relevantes da conjuntura econômica.

O Professor José Maria D. Pereira, da Universidade Federal de Santa Maria, aborda o problema **Desemprego e Flexibilização do Emprego**. A colega da FEE Teresinha da Silva Bello discute os efeitos da nova moeda européia sobre a Europa e o resto do mundo, no oportuno artigo intitulado **O Euro: uma nova moeda**. Por fim, o Professor Antônio Ernani Lima e o Professor Eugênio Lagemann, da UFRGS, discutem um tema que, certamente, ocupará as grandes discussões teóricas, acadêmicas e políticas dos próximos anos. O artigo **A Velha Social Democracia e a Nova Direita: é possível uma terceira via?** apresenta, a partir da contribuição do inglês Anthony Giddens, os fundamentos dessa nova visão da relação Estado-economia.

Acreditamos, com este número, estar trazendo aos nossos leitores uma reflexão rica, profunda, conseqüente e madura dos problemas enfrentados pelas economias gaúcha e nacional, o que somente foi possível realizarmos graças à competente contribuição dos autores que participaram desta edição. A todos eles, nossos agradecimentos. E a todos os leitores, uma boa leitura!

**O Editor**